

## Presidente do TRT-PR assume a coordenação do Coleprecor



Ascom do TST

Semana da Conciliação fecha com 1.107 acordos no Paraná **P.4**

Reforma da Vara de Arapongas é obra emblemática para Tribunal **P.6**



Inara Passos

Equipe do Circuito da Conciliação comemora resultados



Thyrza Wolk

O edifício foi reformado, ampliado e adaptado para acessibilidade

# Novos juízes substitutos são investidos para atuar no TRT

Quatro novos magistrados foram investidos, no dia 7 de dezembro, no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná: Edson Takeshi Assahide, Ester Alves de Lima, Izabel Maria Bueno Amorim (ex-servidora do TRT-PR) e Paulo Possebom de Freitas (também ex-servidor). Eles atuavam no TRT da 2ª Região, em São Paulo, e vieram para o Paraná por meio de permuta com outros juízes. Os novos magistrados são do Paraná, e, assim como os que deixaram o TRT do Paraná, tiveram a oportunidade de retornar ao seu Estado de origem graças à Instrução Normativa 5/2000 do Tribunal Superior do Trabalho, que permite aos juízes em início de carreira a permuta. "Foram em busca dos sonhos e voltaram à casa para realizá-los", lembrou a vice-presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, durante cerimônia no gabinete da Presidência do TRT, que teve a presença de familiares, magistrados e servidores.



A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão e o juiz Edson Takeshi Assahide



Edson Takeshi Assahide, Izabel Maria Bueno Amorim, Paulo Possebom de Freitas e Ester Alves de Lima, na cerimônia que os investiu no cargo de juiz substituto

## Expediente

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária de Coordenação Judiciária:

Regina Lúcia Motta Carvalho

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial

e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Irene Pioker, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz, Rossana Tuoto e Bruno Manenti

Fotografia:

Inara Passos, Irene Pioker, Luiz Munhoz, Thyrsa Wolk e arquivo do TRT-PR

Revisão:

César Caldas, Rossana Tuoto e Rose Montes

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

[www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)

Impressão:

Gráfica Via Laser

Sugestões e opiniões para o NONA:  
Assessoria de Comunicação Social do TRT  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar  
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR  
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171  
[ascom@trt9.jus.br](mailto:ascom@trt9.jus.br)

### Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

### Visão do TRT-PR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista"

# TRT do Paraná amplia diálogo político



*Em conversa com os desembargadores, a senadora Gleisi Hoffmann se colocou à disposição como interlocutora*

Em visita ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, no dia 8 de dezembro, a senadora eleita Gleisi Hoffmann (PT) colocou-se à disposição como interlocutora do Judiciário trabalhista no Congresso Nacional e, se necessário, como facilitadora do diálogo com o governo, para auxiliar a instituição em suas demandas, conforme disse ela ao presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas. Gleisi comentou a responsabilidade que a votação lhe transfere, como primeira mulher eleita para o Senado pelo Paraná, e citou o presidente Lula: “Eu não posso falhar”. Ela foi a pessoa mais votada nas últimas eleições estaduais.

“Sempre procuramos o contato com os interlocutores políticos, pois no fundo há um processo político subjacente às questões administrativas”, disse o desembargador Ney José de Freitas, enfatizando que o TRT está aberto para a convivência. Às vezes, observou, “o relacionamento com a esfera política é um pouco difícil, porém há um aprendizado, e todos estamos amadurecendo nesse exercício.”

A nova senadora se dispôs a aprofundar pontos da Justiça do Trabalho que podem ser traduzidos em processos legislativos. Os temas surgiram de um debate que se iniciou durante a conversa no gabinete da Presidência, com participação do diretor administrativo de Itaipu, Edésio Passos - histórico advogado trabalhista paranaense que acompanhou a senadora durante a visita -, do ex-vereador André Passos e, pelo Tribunal, do presidente e dos desembargadores Rosalie Michaela Bacila Batista, Altino Pedrozo

dos Santos, Neide Alves dos Santos, Fátima Loro Ledra Machado e Edmilson Antonio de Lima.

André Passos ressaltou o valor que a percepção dos juízes trabalhistas tem para os parlamentares, pela proximidade com o dia-a-dia dos trabalhadores. “O Tribunal é fonte de vivência da realidade social”, disse o ex-vereador. “Nossos juízes”, endossou o presidente do Tribunal, “são profissionais muito sensíveis às condições sociais, não são pessoas ausentes das comunidades onde atuam.” Os processos da Justiça do Trabalho, por sua vez, servem como radiografias da sociedade brasileira. Como exemplo, a desembargadora Rosalie Michaela Batista citou o fato de que a grande maioria das ações trabalhistas movidas no meio rural do Paraná solicitam reconhecimento de danos morais, devido à falta de condições mínimas de trabalho, como a existência de sanitários para os trabalhadores.

**FÓRUM** - Entre as demandas do TRT-PR que dependem de interlocução com os parlamentares federais está a construção do fórum trabalhista de Ponta Grossa. Há compromisso de apresentação de emendas da bancada paranaense ao Orçamento da União, porém será indispensável ampliar os valores para cobrir as necessidades da obra. De acordo com o desembargador Ney José de Freitas, as emendas já assumidas pelos deputados federais são suficientes para iniciar a construção, mas será preciso assegurar outros recursos orçamentários para atender os trabalhadores e empreendedores de Ponta Grossa, uma das cidades com maior movimentação econômica no Paraná.

# Justiça do Trabalho do Paraná realizou 1.107 acordos na Semana da Conciliação

**A** Justiça do Trabalho do Paraná efetuou, durante a Semana Nacional da Conciliação, realizada de 29 de novembro a 3 de dezembro, 2.316 audiências, com 1.107 acordos homologados. Os acordos movimentaram R\$ 14,3 milhões. Participaram do Circuito da Conciliação, organizado pelo TRT-PR, 42 unidades judiciárias, de Primeiro e Segundo Grau. Na Capital, participaram os Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau, 5ª, 11ª, 12ª, 16ª e 21ª Varas do Trabalho de Curitiba. No Interior, aderiram ao movimento as Varas do Trabalho de Pato Branco, Palmas, 2ª de Foz do Iguaçu, 2ª e 7ª de Londrina, Assis Chateaubriand, 1ª, 2ª e 3ª de Ponta Grossa, 1ª e 2ª de Umuarama, Castro, Campo Mourão, Cambé, Cianorte, 3ª de Cascavel, 1ª e 5ª de Maringá, Francisco Beltrão, Wenceslau Braz, 1ª e 2ª de Araucária, Jaguariaíva, 2ª e 3ª de São José dos Pinhais, Dois Vizinhos, Paranaíba, 1ª e 3ª de Paranaguá, Apucarana, Jacarezinho e Nova Esperança e os Postos de Atendimento de Ibaiti e de Palotina.

Várias unidades prepararam eventos especiais durante a Semana da Conciliação. Um exemplo é a Vara do Trabalho de Umuarama, que promoveu alterações no ambiente físico para melhor receber as partes interessadas. Na Vara do Trabalho de Nova Esperança houve apresentação musical, com a participação de artistas locais e regionais. O evento "Música para trabalhadores" reuniu empresas e trabalhadores em uma campanha em prol da conciliação. Em Curitiba, além das audiências nos Juízos Auxiliares de Conciliação e em algumas VTs participantes do Circuito, também foi disponibilizado espaço no Arquivo Geral para atender partes e advogados que têm processos arquivados na fase de execução e que queiram tentar acordo. Há, somente no Arquivo Provisório

Trabalhista de Curitiba, mais de 34 mil processos paralisados na fase de execução. "Desse total, cerca de 17 mil foram arquivados provisoriamente antes de 2006. São processos que ainda não puderam ser finalizados porque os devedores não foram encontrados ou porque não são localizados bens suficientes para garantir o pagamento. Esses processos também estão sendo disponibilizados para conciliação", esclareceu o desembargador Márcio Dioniso Gapski, coordenador da Semana da Conciliação na Justiça do Trabalho do Paraná e responsável pelo Projeto Horizontes, criado para tentar acordos em processos no arquivo provisório e que a partir de agora passa a ser permanente no TRT-PR. "A proposta é que as pessoas compareçam para uma conversa franca e aberta sobre o seu processo, levando informações que facilitem a localização da parte contrária. O objetivo é solucionar o conflito e o processo, da melhor maneira para todos. No diálogo, com espíritos desarmados, a conciliação é possível", afirma o desembargador.

A Semana Nacional da Conciliação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é realizada anualmente, em dezembro, com objetivo de promover a cultura da conciliação em todos os tribunais brasileiros. "Na Justiça do Trabalho do Paraná, além da prática diária da conciliação, que faz parte do processo do trabalho, também realizamos uma programação especial durante a semana nacional de dezembro e em outras épocas do ano, com objetivo de incentivar os acordos", explica a desembargadora Sueli Gil El Rafihi, presidente da Comissão de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.


*Nelson Copruchinski e Bruno Manenti*




O desembargador Márcio Dioniso Gapski (à esquerda) preside audiência de conciliação em Curitiba

# ▶ REGISTRO FOTOGRÁFICO DA SEMANA DA CONCILIAÇÃO




O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (ao fundo, à direita) durante audiência de conciliação em Curitiba 




Uma das 2.316 audiências de conciliação realizadas durante a semana na Justiça do Trabalho do Paraná 



Parte da equipe do Circuito da Conciliação em Curitiba, no encerramento das atividades da Semana 




Desembargadores Ney José de Freitas, presidente do TRT, Sueli Gil El Rafihi e Márcio Dionísio Gapski, no encerramento da Semana 




Participantes do Circuito da Conciliação posam para a foto na escadaria do Plenário Pedro Ribeiro Tavares, em Curitiba 




Milhares de Partes, advogados e testemunhas participaram da Semana Nacional da Conciliação no TRT-PR 



Diretores e representantes de faculdades de Direito assinam convênio para participação no Projeto Horizontes, do TRT 



O presidente Ney José de Freitas destacou a participação dos estudantes no Projeto Horizontes, por meio do novo convênio 

# Entregue a Vara do Trabalho de Arapongas



*O edifício foi restaurado, ampliado e adaptado às normas de acessibilidade*

Foi entregue no dia 17 de novembro a reforma e ampliação da Vara do Trabalho de Arapongas, obra emblemática do Planejamento Imobiliário do TRT-PR. Tratava-se do imóvel em piores condições entre todas as unidades judiciárias trabalhistas do Paraná. O próprio presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, o havia constatado, quando corregedor, no biênio 2008/2009, e fixou a recuperação do prédio como prioridade da sua administração. "Aquilo era uma indignidade, não fazia nenhum sentido a Justiça do Trabalho exigir das empresas a garantia de condições adequadas para o desempenho das atividades e ela própria manter seus magistrados e servidores, assim como as partes e advogados, em um ambiente inadequado, cheio de infiltrações e sem espaço suficiente", disse ele. Hoje, comparou, "Arapongas tem uma Vara compatível com a movimentação processual. Aqui não era possível andar na secretaria, tal o volume de processos empilhados."

Foram seis meses de obras, com entrega das instalações antes do prazo estipulado. Esse projeto de reforma, que na verdade nos dá uma nova Vara, disse o presidente, "me acompanhou desde aquele tempo em que fui corregedor, e quando assumi a presidência do Tribunal estabeleci algumas metas, entre elas a reestruturação imobiliária." O presidente ressaltou, "por senso de justiça", o trabalho do setor de Engenharia do TRT, "na pessoa da diretora, Cleuci da Silva, e de Arnaldo Nascimento de Souza,

Benedy Antunes, Kelvi Leandro da Silva, Carlos Henrique Siwek, Antônio César Gondim e Anadélia Trentini Campara, liderados pelo diretor geral, Eduardo Rocha da Silveira. O planejamento imobiliário foi um dos pontos com os quais me comprometi no início de minha gestão e tenho a satisfação de dizer que estou absolutamente satisfeito com a resposta que eles deram a esse compromisso."

O presidente do TRT ressaltou o trabalho do juiz substituto Luzivaldo Luiz Ferreira, que lidera a Vara de Arapongas. "Vi seu empenho, sua dedicação e sua relação quase afetiva com esta unidade. É um extraordinário colaborador, assim como o são os valorosos servidores desta Vara, que suportaram o trabalho em condições adversas e conseguiram manter em dia o atendimento ao cidadão."

Para o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra IX), Carlos Augusto Penteadó Conte, O TRT "tem se esforçado para bem zelar pelas instalações da Justiça trabalhista." Oferecer instalações adequadas, enfatizou o magistrado, é essencial para atender as partes e advogados e também para que juízes e servidores exerçam suas atividades.

A representante local da Ordem dos Advogados do Brasil, Aline Grazielle de Oliveira, elogiou a sala destinada aos advogados na nova Vara do Trabalho e aproveitou para reivindicar a instalação de uma segunda Vara do Trabalho em Arapongas. A cidade, acrescentou o prefeito, Luiz Roberto Pugliesi, é uma das que mais crescem no

Paraná e hoje detém a segunda maior renda per capita do interior, atrás somente da de Maringá. Recentemente, inaugurou também um novo fórum de comarca e um novo fórum eleitoral.

**ACESSIBILIDADE** - Como as outras obras inauguradas ao longo deste ano, a Vara do Trabalho de Arapongas foi adaptada para assegurar condições de acesso a pessoas com deficiências. “Aos poucos o TRT está resolvendo também os problemas de acessibilidade”, enfatizou o desembargador Ney José de Freitas. Antigamente, lembrou ele, “não havia preocupação com isso, o cidadão com deficiência chegava a um lugar sem condição de acesso e o problema era dele. Não é dele, nós é que temos de garantir acessibilidade.”



O presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, e o prefeito Luiz Roberto Pugliesi diante da placa comemorativa



A equipe da VT de Arapongas foi elogiada pela manutenção do atendimento, com qualidade, no período de reforma do prédio

## Londrina e Ponta Grossa avançam

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, em entrevista aos jornais Folha de Londrina e Tribuna do Norte e à Rádio Arapongas, reiterou o empenho do Tribunal para concluir em 2011 o novo Fórum trabalhista de Londrina. O desembargador explicou o Planejamento Imobiliário do TRT-PR, que mapeou as necessidades e escalonou as reformas, ampliações e construções prioritárias. Londrina é a única obra atrasada nesse planejamento, e não foi concluída unicamente porque a empresa vencedora da licitação cometeu falhas na estrutura do prédio, o que levou o Tribunal a paralisar a obra, por medida de segurança, até que todas as correções fossem realizadas. Agora, com garantia de que a construção atende a todas as especificações do projeto e oferece segurança, está em andamento a licitação da etapa final.

O Tribunal retomou a avaliação de todos os projetos, realizou as correções na estrutura e deverá entregar o novo Fórum até o fim de 2011. “Pretendo iniciar o fórum de Ponta Grossa, outra grande unidade judiciária, e devemos construir Foz do Iguaçu e Umuarama, além de entregar, em abril, as obras em Pato Branco e Guarapuava. Já foram entregues Cianorte, Campo Mourão, Ivaiporã e agora Arapongas. São reformas com ampliação que quase chegam a ser construções novas”, disse o presidente.

Acima de tudo, comentou o desembargador, “o objetivo é proporcionar um ambiente de bem-estar, condições adequadas para o cidadão, que vem a uma audiência na Vara do Trabalho porque é o único lugar que tem para resolver suas demandas, e o Estado tem de oferecer condições razoáveis.”

# Fidelis, do TRT-PR, é o vencedor do Prêmio Innovare na categoria Tribunal



*O presidente da Comissão de Informática, Sérgio Lemos, recebe do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, o troféu Innovare*

O software Fidelis, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foi o vencedor na categoria Tribunal do VII Prêmio Innovare, que reconhece as práticas inovadoras do Judiciário nacional. O prêmio foi entregue no dia 3 de dezembro, durante solenidade no Supremo Tribunal Federal. O TRT foi representado pelo corregedor regional, desembargador Arnor Lima Neto, pelo presidente de sua Comissão de Informática, desembargador do TRT-PR Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, que recebeu o troféu do Innovare das mãos do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e pelo juiz Eduardo Baracat.

O prêmio de 2010 concentrou-se em dois temas: Justiça sem burocracia e acesso do preso à Justiça, este último em parceria com a International Bar Association (IBA), instituição que luta pelos direitos humanos e pelo estado democrático de Direito. Em sete anos de atuação, o Prêmio já acumula cerca de duas mil iniciativas inscritas e já contemplou práticas ligadas à adoção e reintegração à família, cidadania, meio ambiente, modernização do Judiciário, infraestrutura, crescimento urbano, entre muitas outras áreas que auxiliam a sociedade e o Judiciário.

Concorreram 113 práticas na categoria advocacia, 87 em juiz, 48 em Ministério Público, 34 em Prêmio Especial, 33 em Defensoria Pública e 25 em Tribunal.

## ► SISTEMA FIDELIS DE GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O Sistema Fidelis foi desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e consiste na recuperação, rápida e precisa, de trechos de audiências da Justiça gravadas em áudio e vídeo. Ele possibilita a magistrados, partes e advogados acesso à informação em qualquer momento,

por meio da Internet, aos pontos de interesse para a ação.

Ao gravar os depoimentos, o software organiza o registro oral, separando os trechos pela qualificação do depoente (como autor, testemunha do autor e testemunha do réu), por assuntos e subtemas (liberação de guias, horas extras, FGTS e insalubridade, por exemplo). No momento de redigir a sentença, o juiz pode rever somente os pontos relevantes, sem precisar assistir novamente a toda a audiência (que pode durar horas). Da mesma maneira, se houver um recurso, o desembargador que deverá julgá-lo pode assistir aos pontos controvertidos. Nesse caso, além da rapidez, há o benefício da transparência, pois o julgador da segunda instância tem acesso direto à gravação, e não a um texto ditado e digitado na sala de audiência.

As gravações das audiências são disponibilizadas aos advogados na página do TRT na internet - [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br) -, o que agiliza o acompanhamento dos processos. O sistema, que no Paraná é utilizado pioneiramente pelas 9ª, 17ª e 21ª Varas do Trabalho de Curitiba, 6ª de Londrina, 5ª de Maringá e a de Pato Branco, foi entregue, no ano passado, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para distribuição a outros tribunais.

De acordo com o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, a substituição do ditado-e-digitação das audiências pelo registro audiovisual implica em grande economia de tempo e simplificação dos processos, o que resulta em maior celeridade na decisão das ações judiciais. "A gravação audiovisual da audiência poupa tempo, papel e trabalho de digitação, tornando-os desnecessários. Com a duração da sessão redu-



zida, amplia-se a pauta de audiências e consequentemente ganha-se agilidade processual, o que favorece o cumprimento do dever de prestação jurisdicional célere e eficaz”.

Para o desembargador, “o Fidelis marca, ao mesmo tempo, rompimento e confirmação. Esse software que substituiu as atas de audiências rompeu com uma tradição negativa, a da burocrática obsessão pelo papel, e confirmou uma tradição altamente positiva da Justiça do Trabalho: a da objetividade. O Fidelis aproxima o juiz, partes e advogados da prova colhida em audiência, de forma real e transparente, favorecendo a oralidade e a publicidade dos atos processuais. Além disso, promove a eficácia da prestação jurisdicional, com qualidade e transparência na solução de conflitos”, conclui.

#### ▶ HISTÓRICO

O sistema de gravação audiovisual de depoimentos foi autorizado, em caráter experimental, para utilização na 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, a partir de setembro de 2006. Começou com o projeto “Ferramenta Diké” e estendeu-se a outras unidades como projeto piloto.

As audiências gravadas eram armazenadas em banco de dados do Tribunal, sendo o acesso permitido apenas a magistrados e advogados. Posteriormente, novas funcionalidades foram agregadas, especialmente a capacidade de receber marcações eletrônicas específicas ao longo da gravação, permitindo recuperação de trechos de forma dinâmica e rápida, quer por assunto, quer por depoente, e o sistema passou a ser disponibilizado às partes e advogados pela internet.

#### ▶ INSTITUTO INNOVARE

O Instituto Innovare é uma associação sem fins lucrativos, localizada no Rio de Janeiro, que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos para pesquisa e modernização da Justiça Brasileira, além de disseminar as práticas identificadas pelo Prêmio Innovare. Neste ano, o Instituto também contou com a primeira edição internacional, realizada no dia 4 de agosto, da qual participaram países que fazem parte da Cúpula Judicial Iberoamericana (América Latina, Espanha, Portugal e Andorra), tendo como vencedora a República Dominicana.

## De Caxambu a Cartagena

A cena se deu num corredor do TST, em Brasília, no início de dezembro. Um grupo de servidores do STJ é apresentado a servidores do TRT do Paraná e a primeira pergunta é: “São vocês que têm o Fidelis?” As perguntas seguintes, que tiveram as respostas meticulosamente registradas nos cadernos de anotação dos visitantes, pediam o detalhamento do sistema e informações sobre como utilizá-lo. Nos últimos 30 dias, o Fidelis ocupou os principais espaços de discussão sobre softwares que simplificam e qualificam os procedimentos da Justiça, de Caxambu a Cartagena, passando por Brasília e pela mídia nacional, a partir do Prêmio Innovare, entregue no Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, onde em 2008 foi realizado um encontro determinante para os rumos do processo judicial eletrônico no Brasil, que influenciou a digitalização dos Tribunais superiores e de vários segmentos da Justiça, foi realizado em novembro um seminário de avaliação e retomada dos tópicos discutidos dois anos antes, agora focando principalmente os Tribunais Regionais do Trabalho. O Fidelis foi um dos temas da discussão, na cidade de Caxambu. De acordo com o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, que representou o Tribunal, o software paranaense despertou interesse pelo resgate dos princípios da oralidade e da concentração dos atos processuais, o que, na opinião do desembargador, é a maior virtude do programa.

**COLÔMBIA** - O Fidelis foi franqueado aos tribunais de toda a América Latina e aos países ibéricos, no IV Congresso Ibero-americano sobre Cooperação Judicial, realizado em Cartagena, na Colômbia, nos dias 23, 24 e 25 de novembro.

O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, que discursou durante o Congresso, foi um dos quatro magistrados homenageados com a Comenda Magistrado Roberto Jorge Feitosa de Carvalho da Ordem do Mérito da Cooperação Judiciária Latino-americana. A honraria é uma iniciativa da Rede Latino-americana de Juízes, entidade internacional de magistrados, com representantes em dezoito países da América do Sul, América Central, Caribe e México, para distinguir personalidades que se destacam no campo da cooperação e integração judiciárias. Os outros três homenageados são membros de cortes superiores de seus respectivos países.

Em Cartagena, novamente, relatou o desembargador Sérgio Murilo Lemos, os participantes do Congresso estavam especialmente interessados na vocação do Fidelis para a reabilitação do princípio da oralidade, que está sendo reavivado em vários países da América Latina. O Congresso foi assistido por aproximadamente 300 juízes, de 16 países. No fim da programação, o Fidelis recebeu o prêmio do Centro de Estudos Jurídicos das Américas, classificando-se entre 10 principais, no conjunto de 100 práticas apresentadas por 16 países. O Centro é ligado à Cumbre Judicial Ibero-Americana.

**BRASÍLIA** - Em novembro, o Fidelis foi destaque na Feira de Melhores Práticas do VIII Seminário Internacional de Gestão Judicial, recebendo Menção Honrosa pela classificação entre os 10 primeiros colocados de 190 trabalhos inscritos. O seminário é voltado para membros do judiciário dos países das três Américas e foi organizado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA), com o tema Planejamento Estratégico e Tecnológico Frente ao Novo Perfil das Demandas Contemporâneas.

# 350 computadores doados pelo TRT-PR viabilizam inclusão digital em Palmas

*Iniciativas de responsabilidade social se ampliam no Estado*

**T**rezentos e cinquenta computadores doados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná permitiram estruturar um amplo projeto de inclusão digital na cidade de Palmas, Sul do Estado, em mais uma iniciativa de apoio às comunidades. Além dos equipamentos, o Tribunal doou mesas, cadeiras e escrivaninhas, para a Prefeitura de Palmas reencaminhar a escolas e instituições de apoio social. As máquinas estavam sem uso, por já não atenderem às necessidades do trabalho do TRT, mas são satisfatórias para o ensino de Informática.

A iniciativa é um projeto conjunto da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual, com parceria dos poderes Executivo e Legislativo da cidade. “A comunidade precisava muito de auxílio”, disse a juíza Emília Simeão Albino Sako, uma das idealizadoras do “Palmas Cidadã”. O movimento organiza mutirões para fornecer diversos serviços públicos nos bairros, como confecção de carteira de trabalho e assistência médica.

“É uma forma de estarmos mais próximos ao cidadão, oferecendo nossos serviços, explicando o funcionamento da Justiça a quem não tem nem como pagar um ônibus para ir até a Vara. Se preciso, reduzimos as reclamações a termo”, disse a juíza da Vara do Trabalho de Palmas, Rosângela Vidal.

**CORNÉLIO** - As iniciativas de responsabilidade social da Justiça do Trabalho ocorrem em todas as regiões do Paraná e em algumas delas se articulam com outras instituições, propiciando movimentos autônomos e participativos. É o que ocorre em Cornélio Procopio, onde o Movimento Cornélio Solidária, liderado pela juíza do trabalho Ziula Cristina da Silveira Sbroglio, comemora os resultados alcançados neste ano. Entre suas várias ações sociais, o Movimento levou à Escola Municipal Aníbal Campi a Cartilha do Trabalhador, que trata de direitos trabalhistas por meio de histórias em quadrinhos. Participaram do projeto 127 crianças, da 2ª à 4ª séries do Ensino Fundamental. “A partir dos estudos, as crianças fizeram desenhos sobre trabalho. Um deles apresentava, entre diversos trabalhadores, a figura do juiz. Isso é muito significativo para nós”, comentou a juíza Ziula. “O desenho demonstra o juiz como parte da sociedade, e não num patamar diferenciado, o que ajuda a desmistificar a imagem do exercício do Direito como algo distante da população”, completou a juíza.



*Divulgação*  
Marcos Antônio Cunha Araújo, juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Palmas, Rosângela Vidal, juíza titular da VT de Palmas, e o prefeito Hilário Andraschko

O Movimento também realizou ao longo do ano várias campanhas sociais, como no Dia das Mães, Páscoa, Inverno e Natal. Além das campanhas programadas em época de festas, os voluntários produzem todas as quartas-feiras mais de 400 litros de sopa e 400 pães, que são transportados para diversos bairros e servidos a pessoas carentes do município. A juíza Ziula conta que adquiriu uma Kombi para fazer a entrega da sopa e dos presentes arrecadados com as campanhas. “Além de sopa, levaremos alegria, porque a kombi também tem som e colocaremos músicas alegres para animar a entrega”.

Aos sábados, cerca de 100 crianças recebem treinamento de futebol, acompanhado de lições de disciplina e de lanche.

*Bruno Manenti*



*divulgação*  
Desenho participante das atividades com a Cartilha do Trabalhador

# Acidentes graves são apenas a ponta do iceberg no cotidiano das empresas

*Especialistas mostram que, se o acidente é previsível, a tendência dos tribunais é considerar a empresa culpada*

Para cada acidente grave ocorrem 10 acidentes leves, 30 acidentes com danos materiais para a empresa e 600 quase-acidentes, cujas causas podem ser as mais variadas, desde condições ou atos inseguros no trabalho até dificuldades no sistema de gerenciamento. Essa proporção ilustrou a palestra do desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, do TRT de Minas Gerais, no seminário Responsabilidade Civil por Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais, realizado no dia 19 de novembro na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A projeção decorre de estudos feitos pelo norte-americano Frank Bird e é baseada em dados estatísticos de quase dois milhões de acidentes de 297 empresas de diferentes segmentos e envolveu 1 milhão e 750 mil empregados e mais de 3 bilhões de homens-horas trabalhadas.

“Hoje, a empresa tem que ser proativa, fazer o mapeamento das condições de risco, pois a tendência dos tribunais é considerar que se o acidente é previsível, há culpa. Tudo que é previsível é prevenível”, disse o desembargador Sebastião de Oliveira, que enfatizou: “a visão tradicional era do risco monetizado, com o pagamento de adicionais pelo trabalho de risco e o amparo às vítimas. A proteção era voltada para o trabalho. Tudo isso está sendo substituído pela visão de que o risco deve ser eliminado e o ambiente de trabalho deve ser saudável. O foco passou

a ser a prevenção e o cuidado com a saúde das pessoas. A proteção voltou-se para o trabalhador. Por causa disso já apareceu uma nova disciplina, que é o Direito Ambiental do Trabalho.”

No mesmo seminário, aberto pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, foi abordada a responsabilidade civil no Direito do Trabalho à luz do sistema jurídico, pelo advogado José Affonso Dallegrave Neto. Também para ele, nessa matéria, “o agente pode ser culpado ainda que tenha feito seu melhor para evitar o dano”.

**ESCOLA** - Neste ano, a Escola Judicial do TRT do Paraná forneceu 4.900 treinamentos. A instituição, que existe desde 2004, atua na formação e aprimoramento profissional e científico de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho. Promove continuamente debates, ciclos de estudos, palestras e cursos para implementar níveis elevados de eficiência na administração da Justiça. Tem também a função de acompanhar e avaliar os juízes substituídos em seus processos de vitaliciamento (prerrogativa a partir da qual o magistrado passa a ter garantias especiais, como a de não ser afastado, destituído ou demitido, salvo por motivo expresso em lei e reconhecido por sentença).

*Nelson Copruchinski*



Abertura do Seminário Responsabilidade Civil por Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, na Escola Judicial

# Especialista rebate críticas aos custos do trabalho regulamentado no Brasil



Abertura da Jornada Luso-Hispano-Brasileira do Direito do Trabalho, no auditório da Escola Judicial, em Curitiba

**A**o contrário do discurso comum, o Direito do Trabalho brasileiro não traz custos excessivos ao empregador, e os custos existentes não estão muito longe daqueles que as empresas enfrentam nos demais países civilizados. Essa conclusão foi apresentada pelo advogado e doutor em Direito Estevão Malet, professor da Universidade de São Paulo, durante a Jornada Luso-hispano-brasileira do Direito do Trabalho, realizada nos dias 16 e 17 no auditório da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), em Curitiba.

Na opinião do especialista, livre docente em Direito do Trabalho, as alegações de que é preciso reduzir os custos decorrentes dos contratos de trabalho, porque são excessivos ou porque o Direito do Trabalho brasileiro é muito rígido e inflexível, não resistem à comparação com a legislação trabalhista de outros países. Os direitos decorrentes da contratação dos empregados no Brasil, tais como férias, 13º salário e aviso prévio, explicou ele, “não estão longe dos demais países civilizados e a legislação trabalhista brasileira é uma das mais flexíveis e sujeitas a transformações. Em nosso país, a limitação aos direitos de rescisão por parte do empregador é exceção, como no caso da proteção à gestante, ao representante sindical e ao componente de comissão interna de acidentes. Até mesmo a multa de 40% do saldo FGTS não inibe a rescisão contratual. O resultado é que, no Brasil, em média, um terço dos empregados são substituídos a cada 3 anos”.

Para Estevão Malet, existem outros fatores que são mais importantes para o custo do emprego no País do que o peso do Direito do Trabalho. “Há a sobrevalorização da

moeda brasileira, a taxa de juros mais alta do mundo e o tempo médio de estudo do trabalhador brasileiro, que é em média de 6 anos, enquanto que na Europa varia de 12 a 16 anos”, observou.

“Se queremos reformas no Direito do Trabalho, devemos voltar o olhar para o direito coletivo do trabalho. A despeito da unicidade sindical legal, o que temos no Brasil é a pluralidade sindical. O resultado é que temos sindicatos fracos que sobrevivem por causa do balão de oxigênio da contribuição sindical compulsória”, completou Malet.

## ►► ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Aspectos do assédio moral no trabalho foram abordados por André Jobim de Azevedo, advogado e professor do Rio Grande do Sul. O procurador do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira explorou aspectos polêmicos do trabalho presidiário, como a diferenciação em relação aos trabalhos forçados. Para ele, o trabalho só atende às características exigidas quando tem caráter formativo e qualificador, que leve à ressocialização do indivíduo e ao seu direcionamento para o trabalho livre. “Por essa razão não sou favorável ao trabalho de costura de bolas e montar grampos de roupas, por exemplo, que não têm correspondência nas tarefas da iniativa privada”, enfatizou. O professor Jordi Garcia Viña, da Espanha, abordou a crise econômica na Europa e mecanismos de solução a partir da seguridade social. Nos últimos 3 anos, registrou ele, os gastos com seguridade aumentaram e os ingressos diminuíram.

*Nelson Copruchinski*

# Cúpula da Justiça do Trabalho participa da posse de Ney José de Freitas no Coleprecor



Ascom do TST

*No discurso de posse, o novo coordenador ressaltou o potencial de colaboração do colegiado*

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas, foi empossado, na noite de 15 de dezembro, na coordenação nacional do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs (Coleprecor). A cerimônia foi realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com a presença do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito; do presidente do TST, ministro Milton de Moura França; do vice-presidente e presidente eleito, João Oreste Dalazen; do corregedor-geral da Justiça do Trabalho e vice-presidente eleito, ministro Carlos Alberto Reis de Paula; do ministro do TST Emanuel Pereira; dos membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Morgana Richa, Felipe Locke e Nelson Braga e dos presidentes e corregedores dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

O Colégio de Presidentes e Corregedores é a instância de representação dos Tribunais junto ao TST, CNJ, Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e outras instituições superiores do Judiciário. Em seu discurso de posse, o desembargador Ney José de Freitas ressaltou justamente a disposição do colegiado para participar das discussões lideradas por essas instituições e para se comprometer com as soluções consorciadas, e fez uma homenagem ao ministro João Oreste Dalazen, a quem sucedeu, quando foi designado para a 4ª Junta de Conciliação e Julgamento, em

Curitiba, na década de 1980, e novamente quando foi alçado ao Tribunal Regional.

O mandato da coordenação do Colégio de Presidentes e Corregedores é de um ano. O vice-coordenador será o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Carlos Alberto Robinson.

Também participaram da cerimônia os ministros do TST Márcio Eurico Vitral Amaro e Fernando Eizo Ono, que foi coordenador do Coleprecor, quando presidia o TRT do Paraná; o secretário nomeado para a pasta de Infraestrutura e Logística do governo do Paraná, José Richa Filho; o ministro aposentado Indalécio Gomes Neto; o corregedor regional do TRT-PR, desembargador Arnor Lima Neto, membro do Coleprecor; o desembargador do TRT-PR Sérgio Murilo Rodrigues Lemos; o ex-presidente do TRT-PR Fernando Rosas; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luciano Athayde, o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná, Carlos Augusto Penteado Conte; o juiz do TRT-PR e membro da Associação Nacional dos Magistrados Fabrício Nicolau; o advogado e professor da USP Estêvão Mallet; Odovaldo da Silva Rocha, representante da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, e Wilson Zarpelon, superintendente da Regional Sul da Caixa Econômica.

O presidente do TST, ministro Milton França, defendeu a necessidade de “parceria inteligente e sinergia”, pois o TST

e o Colégio têm interesses comuns. O sucesso da Justiça do Trabalho, disse ele, é um reconhecimento da sociedade e resultado do trabalho desempenhado em prol dos jurisdicionados. “Nós operamos entre dois valores fundamentais em uma sociedade democrática de Direito: capital e trabalho, os dois polos que fazem em grande parte o desenvolvimento econômico e social do país. Não devemos ficar acanhados, porque a Justiça do Trabalho deve receber, no cenário da Justiça, aquela posição que merece”, afirmou o presidente, anunciando que o TST obteve a aprovação “da anuência constitucional que nos coloca junto aos tribunais superiores. Parece-me que um tribunal superior deve, pela sua importância, estar junto aos órgãos de cúpula que compõem o Judiciário nacional. Esperamos obter em tempo recorde a aprovação definitiva desse dispositivo, no Senado.”

A presidência do TST e do CNJ, prosseguiu o ministro Milton França, “vê no Colégio a expressão de todos os segmentos do Judiciário. Temos uma das melhores relações possíveis e dedicamos, dentro de nossas limitações, toda a atenção, todo o trabalho, e recebemos em troca o sucesso de que todos os Regionais têm compartilhado e de que todos os juízes têm participado. Somos os tribunais que mais conseguiram implementar as metas do CNJ. O TST foi o tribunal superior que mais cumpriu metas do CNJ, e vários dos nossos tribunais regionais as cumpriram.”

O vice-presidente do TST, João Oreste Dalazen, cumprimentou o presidente Milton Moura França pelos resultados já obtidos na gestão que se completará em março de 2011. Minutos antes da posse de Ney José de Freitas no Colepccor, Dalazen foi eleito para suceder Milton França. “Hoje é um dia memorável”, disse o presidente eleito, “não apenas, o que já seria bastante, pela minha feliz eleição para o cargo de presidente do TST, mas também porque tenho a alegria, o contentamento de participar dessa cerimônia em que Ney José de Freitas é alçado ao cargo de coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores.” O futuro presidente antecipou o propósito de “estreitamento da cooperação entre a presidência do TST e o Colepccor.”

#### ► DISCURSO DO DESEMBARGADOR NEY JOSÉ DE FREITAS

Início com uma afirmação de princípios: honra, humildade, colaboração participativa e compromisso.

Assumo com elevada honra e profundo sentimento de humildade. A tarefa de coordenar uma organização como o Colégio de Presidentes e Corregedores é uma distinção que recebo inspirado pelo sentido de responsabilidade para com meus pares.

O Colégio tem vocação para a parceria e a aliança. É, por excelência, um espaço emancipatório, por conta da ambiência democrática que proporciona. Aqui se exercita com naturalidade a harmonização das dissidências. Essa prática é nosso maior patrimônio, e queremos partilhá-lo.

São 24 presidentes de Tribunais e corregedores, apoiados por seu corpo técnico e em permanente conexão com a base da Justiça do Trabalho, formada por centenas de magistrados que conhecem profundamente a realidade dos jurisdicionados, e que gerenciam, de modo econômico, os

recursos disponíveis, deles tirando o melhor proveito para a Justiça e para o cidadão. Isso representa conhecimento e contato. E essa estrutura capilarizada, filtro dos anseios do primeiro e do segundo grau, se oferece para um pacto compromissório.

O conjunto é mais forte, mais coerente e mais eficaz que as partes isoladas. Em conjunto, os tribunais produzem resultados que superam até mesmo a expectativa razoável da soma de suas competências. Suas ações produzem aquele efeito que a ciência demorou séculos para reconhecer, mas que as sociedades aproveitam em favor do bem público desde sempre: a legitimidade e a eficácia que surgem da troca de experiências e da possibilidade de argumentação. É a virtude das decisões colegiadas.

A solução consorciada, que surge do diálogo, da discussão dos problemas comuns, é, sem dúvida, maior que a soma das capacidades e expectativas dos que a constroem. É uma verdade cotidiana para a Justiça do Trabalho, na mesma tradição filosófica e científica que revolucionou a Física, a Psicologia e a Epistemologia, desde Aristóteles até Bertalanffy e Werner Heisenberg. – O todo é maior que a soma das partes.

As qualidades que emergem da soma dos tribunais do trabalho podem, de modo modesto, porém pertinente e legítimo, colaborar para os objetivos mais estratégicos da Justiça.

Juntos, podemos nos superar.

Falei, no princípio, de honra, humildade, participação colaborativa e compromisso, mas faltou uma palavra fundamental: agradecimento. Quero agradecer aos membros do Colepccor, este colégio que depositou em mim a confiança para ser seu porta-voz. Quero agradecer, em especial, à desembargadora Eneida Mello, que nos momentos de maior tensão, nunca perdeu a elegância, e conduziu o colegiado com competência e firmeza, mas também com ternura.

Esse, até antes do agradecimento, foi o discurso formal, mas peço licença para deixar que brotem as palavras da emoção, para prestar a minha mensagem especial, ditada do fundo do coração, ao ministro João Oreste Dalazen, que conheço a tantos anos e tive sempre a fortuna de acompanhar de perto. Quando fui promovido para uma junta de conciliação e julgamento da Capital, foi para uma da qual ele era titular. Em 1996, quando fui promovido para o Tribunal, ocupei, para minha honra, o lugar que antes era ocupado por João Oreste Dalazen, e tenho profunda admiração por ele, que é orgulho da nossa geração no Paraná, pelo seu trabalho, dedicação e capacidade, como extraordinário professor e, acima de tudo, grande magistrado. Meu Estado se orgulha e para mim é significativo, alegria intraduzível, vê-lo presidente dessa Corte, porque é de justiça que ele seja presidente do Tribunal, que herda de homens e mulheres extraordinários, e agora sucede o ministro Milton França, por quem também tenho profunda admiração.

Quero fazer da coordenação do Colégio uma experiência marcante na minha vida. Tenho pouco para oferecer, mas o pouco que tenho ofereço do fundo da minha alma. Como disse o inesquecível Thiago de Mello, “Não, não tenho caminho novo, o que tenho de novo é o jeito de caminhar.”



*"O Colégio tem vocação para a parceria e a aliança", disse o novo coordenador, Ney José de Freitas*



*Assinatura do termo de posse na coordenação do Colégio, que reúne os presidentes e corregedores dos 24 Regionais*



*A coordenadora que concluiu o mandato, desembargadora Eneida Mello, assina a ata da cerimônia de posse*



*O plenário cedido pelo TST ficou lotado de autoridades e convidados dos vários Regionais, Conselhos e Tribunais superiores*



*Cumprimentos entre o novo coordenador e o vice, Carlos Alberto Robinson, do TRT do Rio Grande do Sul*



*O presidente eleito do TST, João Oreste Dalazen, cumprimenta o desembargador Ney José de Freitas*



*O presidente do TST, Milton de Moura França, no centro da mesa composta para dar posse ao coordenador*

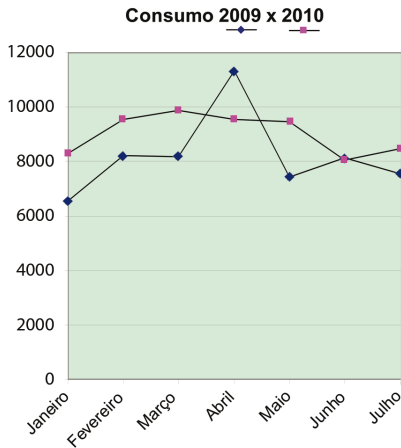


*Membros da cúpula da Justiça do Trabalho, Tribunais regionais, Conselhos e associações de classe durante a cerimônia*

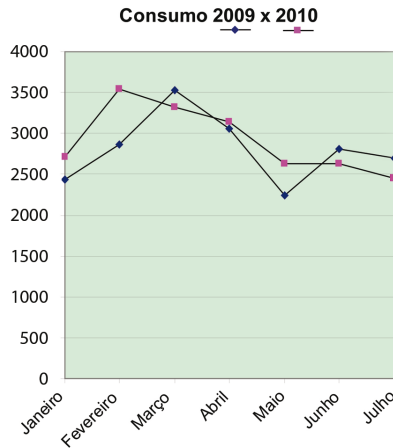
# Consumo de energia elétrica - parte 3

## ▶ Consumo por município até julho\* (KWH)

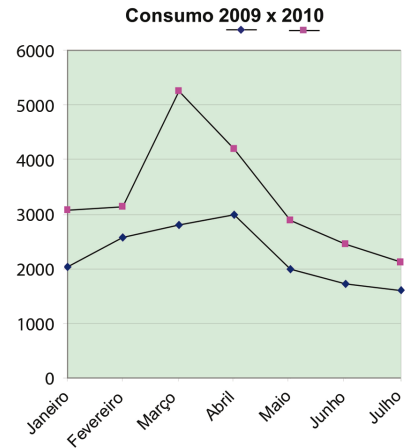
### Ponta Grossa



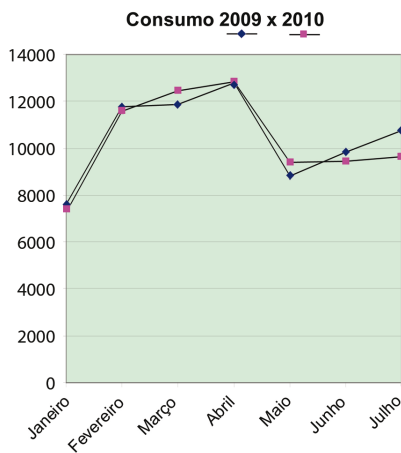
### Rolândia



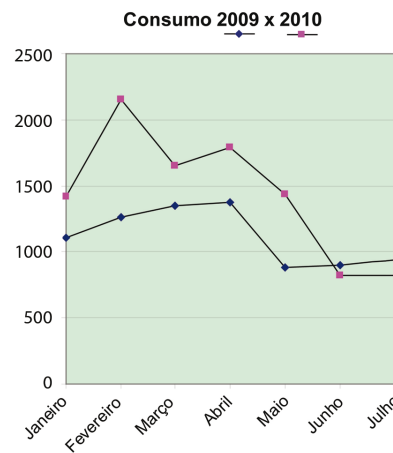
### Sto. Antônio da Platina



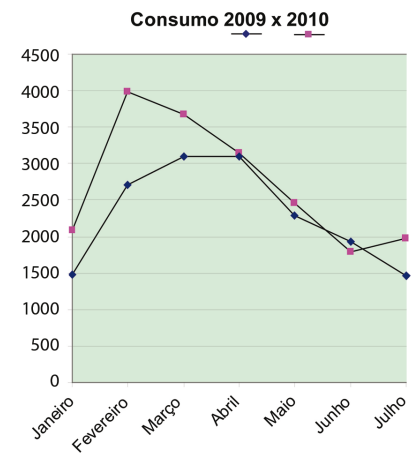
### São José dos Pinhais



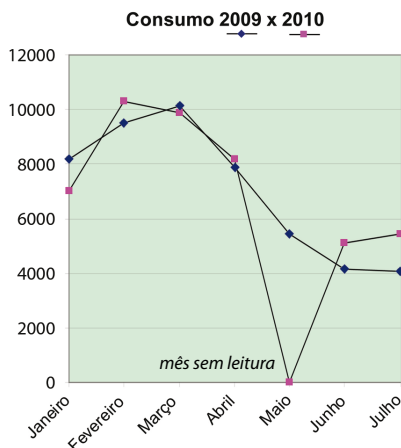
### Telêmaco Borba



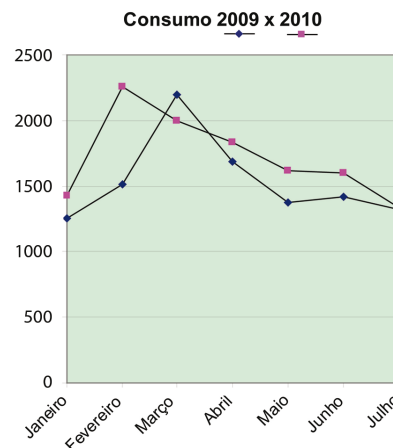
### Toledo



### Umuarama



### União da Vitória



### Wenceslau Braz

